2026

RELATÓRIO MIDTERMS EUA

Financiamento Eleitoral e Influência Digital nas Midterms

Financiamento Eleitoral nos EUA, a Influência das Big Techs e Paralelos com o Modelo Brasileiro

Produzido por
Beatriz Turco de Jesus
Maria Morena Tenorio Perez

Orientado por
Roberto Rodolfo Georg Uebel

Núcleo de Estudos e Negócios Americanos

SUMÁRIO

1 O SISTEMA AMERICANO: PACS, SUPER PACS E DARK MONEY

2 ESTADOS UNIDOS E BRASIL: COMPARAÇÕES E TENDÊNCIAS

3 O PESO DAS BIG TECHS: DOAÇÕES CORPORATIVAS E PLATAFORMAS DIGITAIS

4 CONCLUSÃO

5 REFERÊNCIAS

O que é o NENAM?

O Núcleo de Estudos e Negócios Americanos (NENAM) tem como propósito aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas políticas, econômicas e de negócios nas Américas e Caribe, promovendo um espaço de debate e análise estratégica para estudantes, acadêmicos e profissionais interessados na região. Por meio da organização de seminários, palestras e produção de relatórios estratégicos, o NENAM busca fomentar a compreensão dos desafios e oportunidades do ambiente de negócios e da competitividade em países-chave como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Estados Unidos e Canadá.

Além disso, realiza o acompanhamento da conjuntura política, econômica e social da região, contribuindo para a formação de diplomatas corporativos e especialistas aptos a atuar em um cenário global dinâmico e interconectado.

O NENAM visa gerar impacto acadêmico e profissional por meio da formação de lideranças com visão estratégica sobre a América Latina, Caribe e América do Norte, promovendo análises aprofundadas das dinâmicas políticas, econômicas e de negócios na região. Espera-se que o NENAM contribua para a construção de pontes entre o meio acadêmico e o setor empresarial, fornecendo contribuições relevantes para a tomada de decisão em organizações públicas e privadas. Ademais, o núcleo fortalece a capacidade analítica e crítica dos participantes, incentivando a produção de conhecimento aplicado sobre competitividade, integração regional e diplomacia corporativa. Por meio de sua atuação, o NENAM busca influenciar positivamente o debate sobre negócios internacionais, capacitando profissionais para compreender e atuar nos desafios contemporâneos das Américas e do Caribe.

Introdução

As eleições de meio de mandato (midterms) de 3 de novembro de 2026 renovam os 435 assentos da Câmara dos Representantes, cerca de um terço do Senado e mais de 30 governos estaduais.

O ciclo caminha para ser o mais caro já registrado nesse tipo de eleição: a AddImpact estima cerca de US$ 11,6 bilhões em publicidade, somando anúncios veiculados e reservados, e um levantamento da Federal Election Commission (FEC) do início de outubro, divulgado pela CNN Brasil, indica mais de US$ 16 bilhões arrecadados no ciclo. Diante desse cenário, uma dúvida pode surgir: como o dinheiro ligado ao setor de tecnologia (doações de bilionários e executivos, Super PACs de inteligência artificial e lobby corporativo) se conecta ao ambiente eleitoral das midterms de 2026?

Por se tratar de um trabalho acadêmico produzido antes da realização das eleições (3 de novembro de 2026), qualquer discussão sobre a futura composição do Congresso é apresentada como análise de cenários institucionais, nunca como resultado confirmado. Dados eleitorais foram consultados em outubro de 2026.

Contextualização

No dia 3 de novembro de 2026, nos EUA, acontecerá as eleições de meio de mandato, ou mais conhecidas como: Midterms. Essas eleições são responsáveis por definir novos membros do Congresso norte-americano, o qual é composto por duas partes - a Câmara dos Representantes e o Senado (BBC, 2026). Ambas as partes trabalham juntas para criação e aprovação de leis, contudo, cada uma possui funções e poderes exclusivos bem definidos pela Constituição. A Câmara representa diretamente a população, seus representantes variam de acordo com o tamanho populacional e cabe a eles iniciar processos de impeachment, leis sobre impostos, além de eleger o presidente em caso de empate (CNN, 2026). Por outro lado, o Senado foca na estabilidade política e representação igualitária dos estados, dessa forma, todos possuem exatamente dois senadores independente de outros fatores. Nessa lógica, são eles que ratificam tratados internacionais, julgam processos de impeachment e aprovam as nomeações de presidentes (CNN, 2026).

As eleições legislativas estadunidenses ocorrem a cada dois anos. Aquelas realizadas na metade do mandato presidencial, isto é, dois anos após o pleito, são denominadas Midterm Elections. O resultado delas decidirá qual partido controla o Congresso, e nesse caso, o quão fácil será para o presidente colocar seus planos em prática. Ademais, o desempenho eleitoral pode também mensurar o quão satisfeita a população está com a performance do presidente até então nos EUA (BBC, 2026).

O Congresso americano é constituído de 435 membros na Câmara dos Representantes e 100 membros no Senado. Desses, 100 assentos um terço deles entra em disputa este ano, mais especificamente 35 cadeiras, com mandatos de 6 anos de duração. Em contrapartida, na Câmara dos Representantes todos os 435 espaços estarão disponíveis para competição, com mandato regular de apenas 2 anos. Vale destacar que uma alteração nessa composição cria uma mudança dramática na distribuição de poderes e na capacidade de cada partido influenciar a agenda legislativa e decisões governamentais (US vote foundation, 2026).

Composição do Senado e Congresso norte-americano

Dados analisados de acordo com a US Vote Foundation - 2026

House of Representatives	Senate
435 members	100 members
Representatives/state based on state population	Two Senators/state
2-year terms	6-year staggered terms
All seats are up for election every 2 years	One-third (33 or 34) are up for election every 2 years

Enquadramento institucional

Atualmente, a Câmara dos Representantes e o Senado estão sob domínio do partido Republicano, mas trata-se de uma maioria tênue. Na Câmara, os republicanos têm 218 assentos - o número mínimo para obter controle na casa- mas também, um independente (político não filiado a nenhum dos dois partidos majoritários) que vota com eles. Paralelo a isso, no Senado, o partido Republicano tem 53 cadeiras, e os democratas só obterão posse da câmara alta caso conquistem 51 dos 100 representantes. Assim, o partido Democrata não estaria vulnerável ao voto de minerva para alcançar o controle do Senado, voto de desempate o qual deve ser feito por JD Vance, vice-presidente americano republicano, caso precise. (BBC, 2026).

Funcionamento do Senado estadunidense

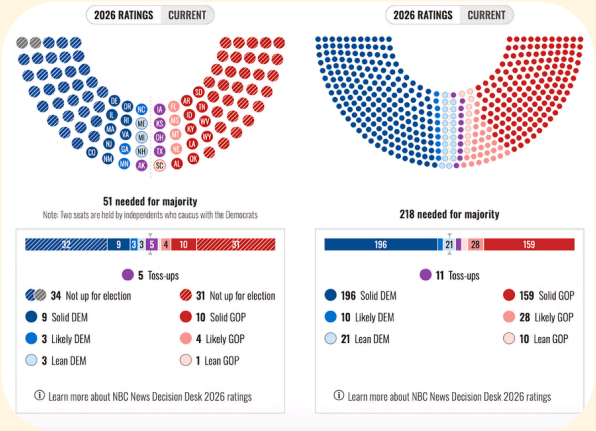
(BBC, 2026)



De acordo com a BBC, pesquisas recentes indicam que Donald Trump iniciou seu segundo mandato com um índice de aprovação um pouco acima dos 50%, entretanto, o número estava ao redor dos 37% no início do mês de outubro. Tal projeção pode ser confirmada por dados da NBC News, este veículo registra somente 38% de aprovação. Por esse motivo, somado a outros, o cenário aponta para uma possibilidade significativa de avanço do Partido Democrata nas eleições, com perspectivas de conquistar cadeiras suficientes para alterar a atual correlação de forças no Congresso norte-americano.

Projeção do resultado atualizado das Midterms

Dados analisados de acordo com a NBC News 2026



Caso os democratas conquistem a maioria em uma ou ambas as casas do Congresso, poderão dificultar a aprovação de propostas presidenciais e ampliar a fiscalização sobre sua administração por meio de comissões parlamentares de investigação. Entre os possíveis alvos estão acusações de corrupção, projetos da Casa Branca e as práticas do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega (ICE). Além disso, uma eventual vitória democrata pode fortalecer o debate interno do partido sobre a abertura de um novo processo de impeachment contra Trump. Em contrapartida, a manutenção do controle republicano do Congresso garantiria ao presidente maior respaldo legislativo para dar continuidade aos seus planos e propostas. Dessa forma, as eleições não representam apenas uma disputa pela composição do Legislativo, mas também um fator determinante para os limites políticos impostos ao atual governo.

O Sistema Americano: PACs, Super PACs e Dark Money

O financiamento eleitoral federal nos Estados Unidos é organizado pela Federal Election Campaign Act (FECA, 1971, emendada em 1974), que criou a FEC e estabeleceu a obrigação de divulgar quem arrecada e quem gasta. A FEC tem seis comissários, divididos igualmente entre os dois partidos. Para o Fiker Institute, esse sistema gera impasses e fiscalização frágil.

Entender o sistema exige separar veículos que a imprensa muitas vezes trata como equivalentes. O PAC tradicional pode contribuir diretamente para candidatos, dentro de limites, e só recebe doações também limitadas. O Super PAC inverte a lógica: não doa a candidatos, mas recebe valores sem teto de pessoas físicas e jurídicas (estrangeiros são proibidos) e divulga seus doadores à FEC. As Social Welfare Organizations (entidades isentas sem fins lucrativos que podem financiar propaganda política mantendo o anonimato dos seus financiadores), ligadas ao dark money (dinheiro de campanha eleitoral de fonte anônima ou não rastreável), também recebem sem limite e podem atuar politicamente, desde que isso não seja sua finalidade principal. O lobby, por fim, não é financiamento eleitoral: segue a Lobbying Disclosure Act e busca influenciar a legislação e a regulação durante todo o ano. O Quadro 1 resume essas diferenças.

Veículos de financiamento e influência política

Veículo	Doa a candidato?	Limite de arrecadação	Regra de atuação	Divulgação de doadores
PAC tradicional	Sim, com limites	Limites por doador	Contribuição direta é regulada	Sim
Super PAC	Não	Sem limite (estrangeiros proibidos)	Só gastos independentes; coordenação proibida	Sim, à FEC
Social Welfare Organizations (dark money)	Não	Sem limite	Atividade política não pode ser a finalidade principal	Em regra, não revela doadores
Lobby	Não é financiamento eleitoral	—	Pressão sobre legisladores, declarada à parte	Relatórios próprios (LDA)

Fontes: Fiker Institute, Open, CNN Brasil e Toner e Trainer (2023) e Federal Election Commission (FEC)

Os limites de contribuição são corrigidos pela inflação. Para o ciclo 2025-2026, divulgados pela FEC em 30/01/2025, uma pessoa física pode doar US$ 3.500 por eleição a um candidato (primária e geral contam separadamente), US$ 5.000 por ano a um PAC e US$ 44.300 por ano à conta geral de um comitê nacional de partido, além de US$ 132.900 por ano em cada conta especial partidária. Um PAC multi candidato pode doar até US$5.000 por eleição a um candidato e US$15.000 por ano a um comitê nacional. Para Super PACs não há limite.

1. Como os tribunais construíram esse sistema

Esse modelo de financiamento é, em boa parte, obra de decisões judiciais. Em Buckley v. Valeo (1976), a Suprema Corte validou os limites de contribuição, mas derrubou os limites a gastos independentes. Em Citizens United v. FEC (2010), decidiu que corporações e sindicatos podem fazer gastos independentes em eleições, desde que não os coordenem com campanhas. No mesmo ano, em SpeechNow.org v. FEC, uma corte de apelações invalidou limites às doações para comitês que só fazem gastos independentes, e pareceres posteriores da FEC confirmaram que esses comitês podem receber valores ilimitados de pessoas físicas, empresas e sindicatos. Todos esses casos e decisões foram a combinação que originou os Super PACs .

O marco mais recente é NRSC v. FEC, de 30/06/2026. Por 6 votos a 3, em opinião do juiz Kavanaugh, a Corte considerou inconstitucionais os limites federais aos gastos que os partidos fazem em coordenação com seus candidatos e superou o precedente Colorado II (2001). Três pontos delimitam o alcance da decisão. Os limites de contribuição a candidatos e partidos não mudaram. A Corte não tratou da coordenação por grupos externos, como Super PACs, cujas regras seguem as mesmas. E a administração Trump não defendeu a lei, de modo que a Corte designou um amicus ("amigo da corte", terceiro que fornece pareceres técnicos a um julgamento). Escritórios de advocacia esperam mais gasto coordenado já nas midterms de novembro.

2. Coordenação, transparência e dark money

A proibição de coordenação entre Super PACs e campanhas é a condição que sustenta o raciocínio de Citizens United: se o gasto é independente, agumenta-se que o risco de troca de favores diminui. O Fiker Institute informa que, de mais de 59 alegações de coordenação ilegal, apenas sete foram autorizadas para investigação, e conclui que as regras são ineficazes.

A rastreabilidade é o segundo problema. Super PACs divulgam seus doadores, mas estes podem aparecer por meio de outras entidades, o que dificulta identificar o financiador original. A CNN admite que o dinheiro de origem não rastreável só ficará mais claro depois da eleição e pode levar “meses ou até anos”. Um exemplo é a denúncia do Campaign Legal Center à FEC, em maio de 2026, segundo a qual Super PACs da rede Leading the Future teriam canalizado quase todos os desembolsos para uma LLC (empresa recente usada para ocultar a identidade do doador real) recém-criada.



Quem arrecada: partidos, candidatos e comitês externos

Com as regras em mente, é possível olhar para o dinheiro em si. Aqui é preciso distinguir três tipos de arrecadação: a dos comitês nacionais dos partidos (DNC, DSCC e DCCC, de um lado; RNC, NRSC e NRCC, do outro), que operam sob limites por doador, a das campanhas dos candidatos, também limitadas, e a dos Super PACs e demais grupos externos, que podem receber sem teto. Receita, gasto e caixa também são coisas diferentes, e comparar números de categorias distintas leva a conclusões erradas.

Duas matérias de 16/10/2026, publicadas pela Jovem Pan e pela SWI swissinfo.ch, trazem o mesmo despacho da AFP e tratam da segunda categoria. Com base nos relatórios entregues à FEC em 15/10, a AFP informa que, em seis estados decisivos para o Senado (Texas, Alasca, Ohio, Maine, Michigan e Iowa), os candidatos democratas arrecadaram de três a seis vezes mais que seus rivais republicanos no trimestre de julho a setembro, segundo análise do Punchbowl News. No Texas, o democrata James Talarico levantou o recorde de US$ 64 milhões, contra US$ 10,2 milhões do republicano Ken Paxton, que recebeu mais US$ 8,5 milhões de comitês conjuntos com outros candidatos. Na disputa pela Câmara, ao menos 47 republicanos que tentam a reeleição arrecadaram menos que seus adversários, contra cerca de seis democratas na situação inversa. A AFP observa ainda que os democratas fizeram da pequena doação seu lema, mas também receberam contribuições generosas de grandes doadores.

A vantagem dos candidatos democratas comabte com uma forte presença de dinheiro externo no campo republicano: o Senate Leadership Fund declara mais de US$ 540 milhões, contra US$ 354 milhões do Senate Majority PAC, e a mesma AFP menciona a injeção de US$ 276 milhões de Elon Musk. Em outras palavras, o que o candidato arrecada não mede o total de recursos que o favorece, e a leitura de que “os democratas arrecadam mais” ou de que “os republicanos arrecadam mais” depende de qual categoria se observa. Falta, então, entender o terceiro componente, os próprios partidos

Implicações para a democracia

A ausência de teto para Super PACs permite que poucas pessoas com grande patrimônio tenham peso desproporcional. O Fiker Institute sustenta que isso desgasta a legitimidade democrática. A Universidade de Chicago, em posição deliberadamente neutra, mostra que a alternativa do financiamento público integral aumenta a entrada de candidatos e a competição, mas pode ampliar a polarização, com pouca evidência sobre efeitos nas políticas públicas. Em NRSC, por sua vez, a Suprema Corte entendeu que os limites aos partidos não eram necessários para prevenir corrupção. Se o sistema permite que poucos doadores tenham muito peso, cabe perguntar quem são os doadores do setor de tecnologia e por quais caminhos o setor atua?O Peso das Big Techs: Doações Corporativas e Plataformas Digitais

Estados Unidos e Brasil: comparações e tendências

Financiamento eleitoral no Brasil

O financiamento das campanhas eleitorais brasileiras é composto por recursos públicos e privados, arrecadados por partidos políticos e candidatos para custear as atividades realizadas durante o período eleitoral. Esse modelo passou por uma transformação importante em 2015, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais as doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais, proibindo, que empresas financiassem diretamente. Posteriormente, em 2017, foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral, para ampliar as fontes de financiamento público das disputas eleitorais (TSE, 2026).

Atualmente, o financiamento eleitoral brasileiro pode ser dividido em duas grandes categorias: o financiamento público, proveniente do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário, e o financiamento privado, que envolve doações de pessoas físicas, recursos próprios dos candidatos e outras formas legalmente autorizadas de arrecadação. É importante destacar que, embora ambos os fundos sejam públicos, eles possuem finalidades diferentes e não devem ser confundidos.

O principal instrumento de financiamento público das campanhas é o FEFC, ou Fundo Eleitoral. Criado pelas Leis nº 13.487/2017 e nº 13.488/2017, ele é constituído por dotações orçamentárias da União, ou seja, por recursos oriundos do orçamento público federal. O dinheiro é disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), este realiza a distribuição entre os diretórios nacionais dos partidos políticos (TRE-GO, 2025).

A distribuição do Fundo Eleitoral considera, principalmente, a representatividade dos partidos no Congresso Nacional, levando em conta suas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além dos votos recebidos nas eleições anteriores. Uma parcela também é dividida igualmente entre todas as legendas. Esse modelo faz com que os partidos com maior representação parlamentar recebam quantias significativamente superiores às das siglas menores. (Rádio Senado, 2026).

Outro mecanismo de financiamento público é o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, conhecido como Fundo Partidário. Apesar de também ser composto por dinheiro público, sua finalidade é diferente: enquanto o Fundo Eleitoral existe especificamente para financiar campanhas e é disponibilizado em anos eleitorais, o Fundo Partidário tem caráter permanente e se destina à manutenção das atividades cotidianas dos partidos. Isso inclui despesas administrativas, funcionamento das sedes, pagamento de funcionários e outras atividades relacionadas à organização partidária (TRE-GO, 2025).

No que diz respeito ao financiamento privado, a principal modalidade permitida é a doação de pessoas físicas, ou seja, de cidadãos que desejam contribuir financeiramente com determinado candidato ou partido. Essas doações podem ser realizadas por transferências bancárias identificadas, Pix, financiamento coletivo pela internet — conhecido popularmente como vaquinha eleitoral — ou pela cessão de bens e serviços

Nesse último caso, por exemplo, uma pessoa pode disponibilizar gratuitamente um imóvel de sua propriedade para a realização de uma atividade de campanha ou oferecer um serviço profissional próprio. A legislação estabelece que as doações individuais não podem ultrapassar 10% dos rendimentos brutos recebidos pelo doador no ano anterior à eleição, de modo a limitar a influência financeira individual sobre as disputas eleitorais (TSE, 2026). Adicionalmente, outra possibilidade é o autofinanciamento, que ocorre quando o próprio candidato utiliza recursos de seu patrimônio para custear a campanha. Entretanto, diferentemente de uma contribuição ilimitada, a legislação estabelece que o candidato pode utilizar recursos próprios até o limite de 10% do teto de gastos permitido para o cargo ao qual concorre. (TSE, 2026).

Além das regras sobre a origem dos recursos, existem mecanismos destinados a promover maior equilíbrio na competição eleitoral. A legislação determina, por exemplo, que os partidos destinem um percentual mínimo de seus recursos de campanha às candidaturas femininas, além de estabelecer critérios de distribuição de recursos para candidaturas de pessoas negras e indígenas. Essas medidas buscam reduzir desigualdades históricas no acesso ao financiamento político e ampliar as condições de participação de grupos sub-representados (TSE, 2026).

Por fim, todo o dinheiro arrecadado e utilizado nas campanhas está sujeito à fiscalização da Justiça Eleitoral. Para receber e movimentar recursos, candidatos e partidos precisam cumprir exigências como a abertura de contas bancárias específicas, a identificação das fontes de financiamento e o registro das receitas e despesas. Após as eleições, devem apresentar prestações de contas ao TSE, que verifica a regularidade das movimentações. No caso do Fundo Eleitoral, os valores que não forem utilizados devem ser devolvidos integralmente ao Tesouro Nacional. Dessa forma, o sistema procura garantir transparência sobre a origem e a destinação do dinheiro, permitindo que a sociedade acompanhe como os recursos são empregados no processo eleitoral (TSE, 2026).



Comparação entre os sistemas de financiamento

O financiamento das campanhas eleitorais no Brasil e nos Estados Unidos apresenta diferenças significativas quanto à origem dos recursos, aos mecanismos de arrecadação e ao papel desempenhado pelo Estado, pelos partidos políticos e pelos agentes privados na competição eleitoral. Enquanto o Brasil adota um modelo de financiamento misto, com forte dependência de recursos públicos distribuídos aos partidos, os Estados Unidos possuem um sistema predominantemente baseado em contribuições privadas, no qual indivíduos, empresas e organizações podem exercer influência financeira sobre as disputas eleitorais por diferentes mecanismos.

No Brasil, a estrutura atual de financiamento eleitoral foi estabelecida principalmente após 2015, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu as doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais. Essa decisão modificou significativamente a relação entre o setor privado e o processo eleitoral, uma vez que as empresas deixaram de poder financiar diretamente candidatos e partidos. Dessa forma, o financiamento brasileiro concentra uma parcela expressiva dos recursos nas mãos do Estado, que os distribui aos partidos políticos por meio de mecanismos como o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário. O primeiro é destinado especificamente ao custeio das campanhas eleitorais, enquanto o segundo financia a manutenção das atividades partidárias, embora também possa ser utilizado em campanhas, respeitadas as regras legais.

Nos Estados Unidos, por outro lado, o financiamento eleitoral possui maior participação de agentes privados e organizações externas às estruturas partidárias. Embora existam mecanismos de financiamento público, especialmente para determinadas modalidades de eleições presidenciais, eles não ocupam posição central no financiamento das eleições legislativas, como ocorre no Brasil. Nesse contexto, as campanhas dependem principalmente de contribuições individuais, arrecadações partidárias e recursos mobilizados por comitês de ação política, conhecidos como PACs e Super PACs. Enquanto os PACs tradicionais podem realizar contribuições diretas aos candidatos, respeitando limites estabelecidos pela legislação, os Super PACs podem arrecadar valores ilimitados de pessoas físicas, empresas e sindicatos, desde que utilizem os recursos em gastos independentes, sem coordenação com as campanhas (FEC; Citizens United v. FEC, 2010; SpeechNow.org v. FEC, 2010).

Uma das diferenças mais importantes entre os dois modelos está justamente na possibilidade de participação financeira das empresas. No Brasil, as pessoas jurídicas estão proibidas de realizar doações eleitorais, o que restringe a participação corporativa direta no financiamento das campanhas. Nos Estados Unidos, embora empresas também não possam realizar contribuições diretas aos candidatos federais, podem financiar gastos eleitorais independentes por meio de Super PACs. Essa distinção permite que organizações privadas mobilizem grandes volumes de recursos para apoiar ou se opor a determinadas candidaturas, sem necessariamente transferir dinheiro às campanhas.

Outra diferença importante diz respeito ao papel dos partidos políticos na distribuição dos recursos. No Brasil, os partidos funcionam como intermediários fundamentais do financiamento eleitoral, uma vez que recebem os recursos públicos e decidem como distribuí-los entre suas candidaturas, respeitando os critérios legais e as destinações obrigatórias. Além disso, existem mecanismos destinados a ampliar a participação de grupos historicamente sub-representados, como a reserva de recursos para candidaturas femininas e a distribuição proporcional de recursos para candidaturas de pessoas negras e indígenas (TSE, 2026). Nos Estados Unidos, embora os partidos também arrecadem e distribuam recursos para fortalecer suas candidaturas, existe uma participação muito mais expressiva de organizações externas, especialmente Super PACs, que podem arrecadar e gastar quantias ilimitadas de maneira independente. Assim, parte significativa do poder financeiro das eleições norte-americanas não está concentrada diretamente nas campanhas ou nos partidos, mas em estruturas paralelas de financiamento e influência política.

Tabela comparativa Brasil - Estados Unidos

Financiamento eleitoral

Critério	**Brasil**	**Estados Unidos**
Modelo predominante	Misto, com forte participação de recursos públicos.	Predominantemente privado.
Principal fonte de financiamento	Fundo Eleitoral (FEFC) e Fundo Partidário.	Doações individuais, partidos, PACs e Super PACs.
Financiamento empresarial	Proibido Empresas não podem realizar doações eleitorais.	Empresas não podem doar diretamente a candidatos federais, mas podem financiar gastos independentes por Super PACs.
Doações individuais	Permitidas, limitadas a 10% dos rendimentos brutos do ano anterior.	Permitidas, com limites monetários definidos pela FEC.
Fiscalização	Justiça Eleitoral (TSE).	Federal Election Commission (FEC).
Dark money	Não possui mecanismo equivalente com a mesma amplitude das organizações norte-americanas.	Presente por meio de organizações que podem não divulgar publicamente seus financiadores.
Principal desafio	Desigualdade na distribuição dos fundos públicos e concentração de recursos nos partidos maiores.	Influência de grandes interesses privados, concentração de recursos e dificuldade de rastrear financiadores.

O Peso das Big Techs: Doações Corporativas e Plataformas Digitais

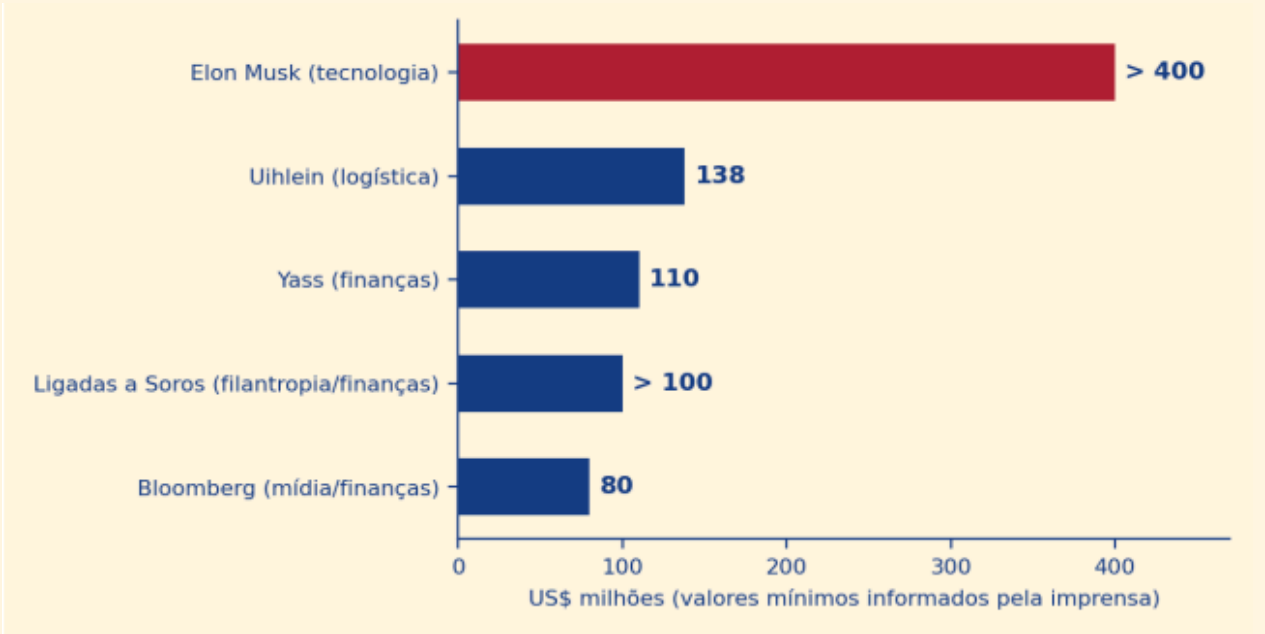
Doação individual: o caso de Elon Musk

O que está em disputa nas midterms de 2026

Musk é o maior doador individual declarado do ciclo. Havia doado cerca de US$ 290 milhões em 2024 a Trump e a candidatos republicanos, rompeu publicamente com o presidente, chegou a falar em criar um partido e depois se reconciliou. Em setembro de 2026, US$ 158 milhões foram ao Senate Leadership Fund (SLF), em duas parcelas, e aparentemente repassados ao Texas PAC, que apoia Ken Paxton contra James Talarico, em uma disputa que lidera os gastos em publicidade do ciclo, com US$ 490,4 milhões. Os valores atribuídos a Musk variam conforme a fonte, porque cada uma mede um recorte diferente. A AFP e a EFE falam em US$ 276 milhões, entre julho e setembro, a favor de republicanos; a AFP cita também cerca de US$ 366 milhões no ciclo, segundo análises da mídia americana, em 16/10. Já a CNN Brasil, em 26/10, fala em mais de US$ 400 milhões até meados de outubro. O que está documentado são os valores declarados e o fluxo SLF → Texas PAC, segundo a CNN.

Gráfico 2 — Maiores doadores individuais e a fatia da tecnologia

Período: ciclo 2025-2026, até meados de outubro de 2026. Valores mínimos informados pela imprensa, de natureza distinta (doação, repasse, aporte), sem checagem de dupla contagem. Fonte: CNN Brasil (26/10/2026); EFE/CNN Portugal (27/10/2026). Elaboração própria.



O Gráfico 2 mostra que um doador de tecnologia lidera, mas os demais grandes doadores vêm de outros ramos: Elizabeth e Richard Uihlein (cerca de US$ 138 milhões, logística), Jeff e Janine Yass (US$ 110 milhões, finanças), entidades ligadas a George Soros (mais de US$ 100 milhões) e Michael Bloomberg (cerca de US$ 80 milhões, anunciados na última hora). Também em setembro, o MAGA Inc. recebeu seus maiores aportes de Wynn (cassinos), Schwarzman (Blackstone) e Hendricks (coberturas), além de US$ 1 milhão da GEO Reentry Services. Esses nomes evitam superestimar o papel do setor.

Super PACs de IA: dois blocos em disputa

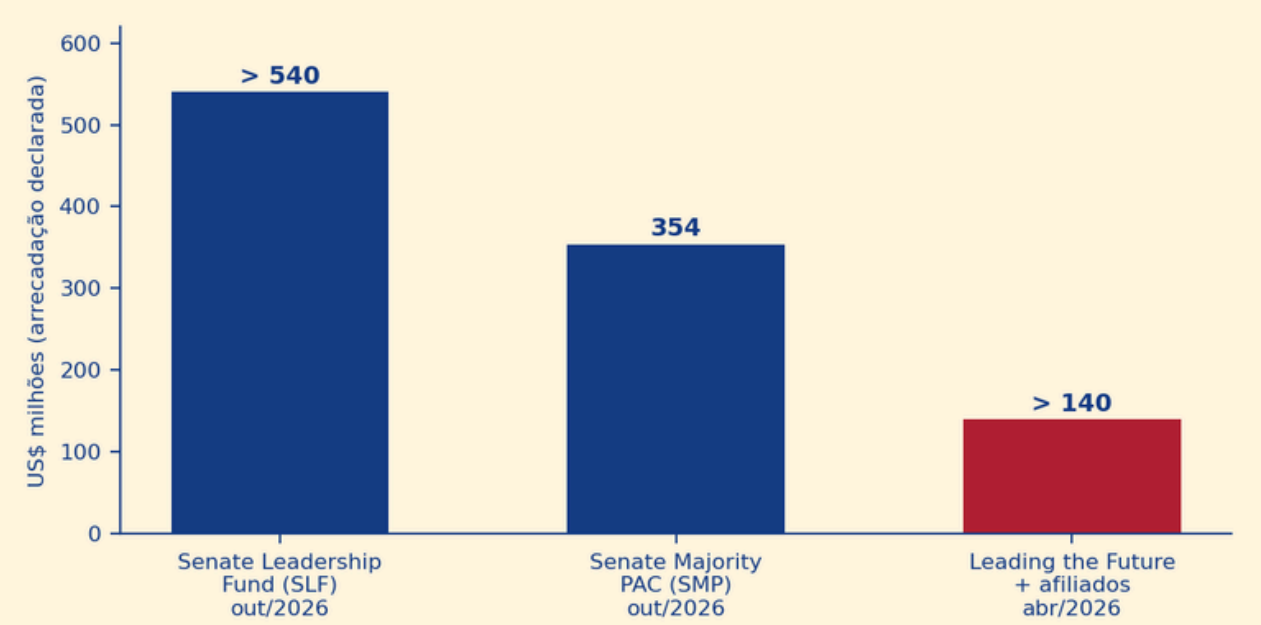
Dentro do próprio setor de IA não há consenso. De um lado está o Leading the Future (LTF), pró-indústria e favorável a um marco federal único, com apoio da a16z, de Greg Brockman (presidente da OpenAI), Joe Lonsdale, Ron Conway e da Perplexity; seus braços partidários são o Think Big (democrata) e o American Mission (republicano), e há ainda o braço de advocacy Build American AI. O grupo foi lançado em agosto de 2025 com a promessa de mais de US$ 100 milhões, e a Casa Branca reagiu mal ao fato de ele apoiar candidatos dos dois partidos. Do outro lado está a rede Public First (Public First PAC, Jobs and Democracy PAC, Defending Our Values PAC e a entidade Public First Action), pró-regulação e bipartidária. Segundo o New York Times, citado por um agregador, a Anthropic doou US$ 20 milhões à rede, dado a confirmar na FEC; o Axios registra também contribuições de funcionários de Anthropic, Google e OpenAI.

O LTF dispõe de muito mais caixa que o Public First, mas os recortes não permitem afirmar a proporção exata. Sobre efeitos eleitorais, o Axios informa que o Public First gastou muito para apoiar Alex Bores em Nova York, que perdeu a primária para Micah Lasher, e um agregador diz que 25 dos 28 candidatos apoiados pelo LTF venceram primárias. São correlações: candidatos apoiados costumam ser favoritos, e os dados não mostram que o dinheiro causou o resultado.

Para dimensionar o peso do setor, compare-se com os comitês partidários do Senado. O Gráfico 3 indica que o dinheiro de IA é grande, mas menor que o do SLF e o do SMP. Os períodos, porém, não coincidem (abril para o LTF, outubro para os demais), de modo que o gráfico não sustenta que o LTF tenha arrecadado menos que o SLF no mesmo intervalo.

Gráfico 3 — Arrecadação declarada de comitês do Senado e da rede de IA

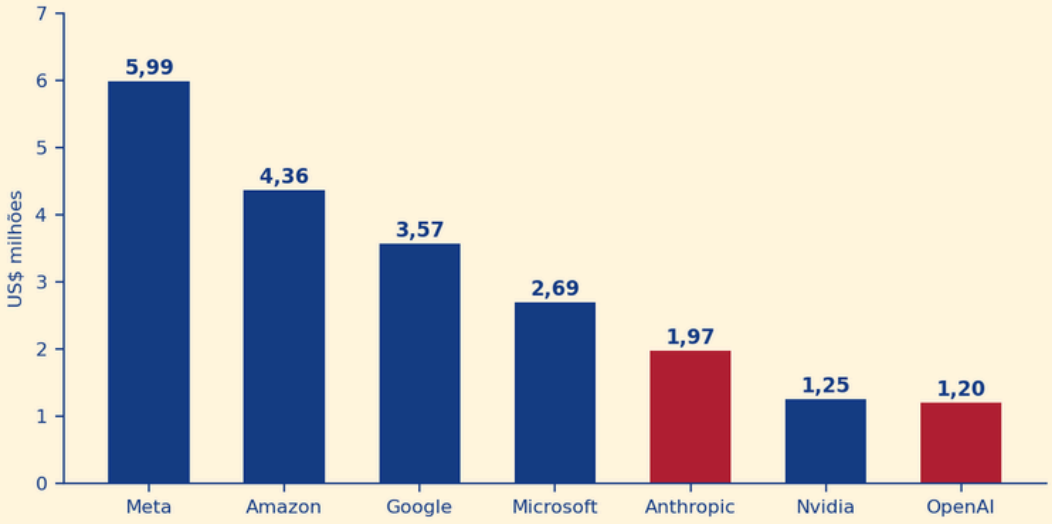
Períodos distintos: SLF e SMP, até meados de outubro de 2026; LTF, até abril de 2026. Valores "> X" foram plotados no piso. Mede arrecadação (receitas), não gasto nem caixa. Fonte: CNN Brasil (26/10/2026); Axios (16/04/2026). Elaboração própria.



Lobby corporativo: o "jogo de dentro"

O lobby segue outra lógica: é permanente, técnico e dirigido a agências e comitês legislativos. No segundo trimestre de 2026, Meta (US$ 5,99 milhões), Amazon (US$ 4,36 milhões), Google (US$ 3,57 milhões) e Microsoft (US$ 2,69 milhões) lideraram os gastos, enquanto Anthropic (US$ 1,97 milhão) e OpenAI (US$ 1,20 milhão) bateram recordes, com a Nvidia em US$ 1,25 milhão, segundo o CNBC e a Issue One. As seis maiores empresas do segmento (Alphabet, Anthropic, Meta, Microsoft, Nvidia e OpenAI) tinham 324 lobistas no período, e onze empresas e associações gastaram US$ 41,8 milhões no primeiro semestre. Os temas citados pelo CNBC são comércio, China, impostos e controles de exportação.

Gráfico 4 — Gastos federais com lobby de empresas de tecnologia e IA, 2° trimestre de 2026



Regulação, plataformas digitais e IA nas campanhas

Os gastos de lobby e de Super PACs se conectam em torno de uma disputa regulatória: norma federal única contra leis estaduais de IA. O LTF defende o marco nacional; o Axios registra democratas adotando moratórias a data centers e plataformas de segurança em IA; e a Everything PR descreve Anthropic e OpenAI em lados opostos em um projeto de lei de responsabilidade em Illinois. A mesma fonte afirma que o aumento do lobby da Nvidia "acompanhou" a reversão da proibição de vender chips avançados à China, o que é interpretação, sem prova de causa. A ligação entre esses temas e os gastos dos comitês é plausível e, em parte, documentada pelas declarações dos próprios grupos, mas não há evidência de que uma doação tenha determinado uma posição.

A tecnologia também é ferramenta da disputa, e não só fonte de dinheiro. A CNN descreve anúncios criados com IA que mostram cenas que nunca aconteceram, como um candidato dirigindo um ônibus com imigrantes, e afirma que o governo federal não regulou a tecnologia a tempo; este seria o primeiro grande pleito após a explosão da IA. A AFP acrescenta que o dinheiro arrecadado permite inundar televisão, rádio e redes sociais com anúncios nas semanas decisivas. As fontes lidas não trazem dados sobre anúncios sintéticos nem sobre plataformas específicas, de modo que o tema entra aqui como achado jornalístico, e não como mensuração. Sabe-se, sim, que a publicidade se concentra: Texas (US$ 490,4 milhões), Ohio (US$ 431,7 milhões) e Michigan (US$ 295,3 milhões, até 12/10) somam mais de US$ 1,2 bilhão em anúncios de todas as origens, segundo a AdImpact. Os republicanos respondem por 54% do investimento em anúncios, contra 55% dos democratas no mesmo ponto de 2024.



Líderes de IA assinam acordo de autorregulação após encontro na Casa Branca - CNN (2026)

Conclusão

No contexto político dos Estados Unidos, as eleições de meio de mandato (midterms) funcionam como um instrumento decisivo de controle sobre o Poder Executivo, capaz de redefinir as condições de governabilidade e a capacidade de fiscalização do Congresso sobre a agenda presidencial. Paralelamente a essa função institucional, a disputa eleitoral destaca-se pelo expressivo volume de recursos privados mobilizados por grupos externos e grandes doadores. O contraste com o caso brasileiro, que prioriza o controle público e partidário sobre a distribuição dos fundos, evidencia abordagens institucionais distintas perante o financiamento de campanha. Enquanto o modelo brasileiro busca atenuar o peso direto do poder econômico corporativo, o arranjo norte-americano confere ampla liberdade aos gastos independentes, intensificando a assimetria na capacidade de influência política. Em ambas as experiências, os mecanismos de arrecadação, distribuição e prestação de contas revelam-se elementos centrais para a equidade da competição e a qualidade democrática.

No sistema dos Estados Unidos, essa complexidade materializa-se na coexistência de diferentes vias de financiamento com regras próprias. Enquanto os PACs tradicionais operam sob limites formais de doação direta, os Super PACs, consolidados por decisões como Citizens United e SpeechNow, recebem valores ilimitados sem coordenação prévia com as campanhas, cenário ao qual se soma a menor transparência do dark money por meio de Social Welfare Organizations. Decisões recentes, a exemplo de NRSC v. FEC, embora tenham ampliado a margem para gastos coordenados pelos partidos, mantiveram inalterada a lógica dos gastos independentes. Na prática, candidatos democratas lideram a arrecadação direta em disputas decisivas, ao passo que as candidaturas republicanas contam com expressivo peso de doadores individuais e recursos externos, mantendo os comitês partidários em ritmo próximo ao de ciclos anteriores.

A atuação de segmentos estratégicos, como o setor de tecnologia, ilustra a heterogeneidade desse arranjo. Longe de expressar um posicionamento unificado, essa participação desdobra-se em doações individuais de bilionários, investimentos em lobby e financiamento de Super PACs concorrentes com visões opostas sobre a regulação de Inteligência Artificial, disputa que também se reflete no embate entre marcos federais e leis estaduais. Essa ausência de teto para gastos independentes e o atraso na identificação dos doadores reais evidenciam uma clara concentração de capital e acesso político. Contudo, essa concentração por si só não comprova que os aportes financeiros determinem diretamente os votos ou as políticas públicas aprovadas, permanecendo aberta a discussão sobre como e em que medida o volume de recursos em jogo molda efetivamente as decisões do Estado.



Agradecemos sua leitura.

Contato

Núcleo de Estudos e Negócios Americanos
@nenam_espm
nenam@espm.br

Referências

AFANEH, S. Campaign Funding in US Elections. Fiker Institute, jan. 2024. Disponível em: https://www.fikerinstitute.org. Acesso em: 27 out. 2026.

AGÊNCIA EFE. De Elon Musk a Bernie Sanders, de onde vem o dinheiro numas eleições com gastos recorde? CNN Portugal, 27 out. 2026. Disponível em: https://cnnportugal.iol.pt/eua-2026/eleicoes-americanas/de-elon-musk-a-bernie-sanders-de-onde-vem-o-dinheiro-numas-eleicoes-com-gastos-recorde/20261027/6ae0902ad34e53c759c78273. Acesso em: 27 out. 2026.

AKIN GUMP. FEC Issues New Federal Political Contribution Limits for 2025-2026 Election Cycle. 31 jan. 2025. Disponível em: https://akingump.com/en/insights/alerts/fec-issues-new-federal-political-contribution-limits-for-2025-2026-election-cycle. Acesso em: 27 out. 2026.

AXIOS. AI influence network takes shape as cash piles up. 16 abr. 2026a. Disponível em: https://www.axios.com/2026/04/16/ai-influence-network-cash. Acesso em: 27 out. 2026.

AXIOS. Pro-AI super PAC keeps $31M ready for the midterms. 17 jul. 2026b. Disponível em: https://axios.com/2026/07/17/pro-ai-super-pac-ready-midterms. Acesso em: 27 out. 2026.

AXIOS. Exclusive: House GOP clings to 2026 fundraising lead. 20 out. 2026c. Disponível em: https://www.axios.com/2026/10/20/house-republicans-fundraising-house-democrats. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. Republican party committees lead in cumulative fundraising as of fourth campaign finance deadline of the 2026 election cycle. 27 maio 2025a. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/05/27/republican-party-committees-lead-in-cumulative-fundraising-as-of-fourth-campaign-finance-deadline-of-the-2026-election-cycle/. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. Republican party committees maintain lead in cumulative fundraising in 2026 election cycle. 24 jun. 2025b. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/06/24/republican-party-committees-maintain-lead-in-cumulative-fundraising-in-2026-election-cycle/. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. Republican National Committee raised twice as much as Democratic National Committee in June. 22 jul. 2025c. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/07/22/republican-national-committee-raised-twice-as-much-as-democratic-national-committee-in-june/. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. Republican Party committees maintain fundraising lead in July (seção de: Ballotpedia report finds state lawmakers have passed more than 560 new election administration laws so far this year). 27 ago. 2025d. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/08/27/ballotpedia-report-finds-state-lawmakers-have-passed-more-than-560-new-election-administration-laws-so-far-this-year/. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. DCCC raised almost twice as much as NRCC in August. 23 set. 2025e. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/09/23/dccc-raised-almost-twice-as-much-as-nrcc-in-august/. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. Republican party committees maintain fundraising lead over Democratic party committees in September. 24 out. 2025f. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/10/24/republican-party-committees-maintain-fundraising-lead-over-democratic-party-committees-in-september/. Acesso em: 29 out. 2026.

BALLOTPEDIA NEWS. Republican party committees maintain lead over Democratic party committees in October. 21 nov. 2025g. Disponível em: https://news.ballotpedia.org/2025/11/21/republican-party-committees-maintain-lead-over-democratic-party-committees-in-october/. Acesso em: 29 out. 2026.

BAPTISTA, K. A. V. Como as campanhas eleitorais nos EUA podem ser financiadas? OPEU, 5 jun. 2024. Disponível em: https://www.opeu.org.br/2024/06/05/como-as-campanhas-eleitorais-nos-eua-podem-ser-financiadas/. Acesso em: 27 out. 2026.

Referências

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). Midterms: o que são as eleições de meio de mandato dos EUA e por que elas podem selar o futuro de Trump? [S. l.], 31 out. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/c6wyz223j19po. Acesso em: 31 out. 2026.

BRAGA, Tomás. Como funcionam a Câmara dos Representantes e o Senado dos Estados Unidos? CNN Brasil, 13 out. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-funcionam-a-camara-dos-representantes-e-o-senado-dos-estados-unidos/. Acesso em: 31 out. 2026.

U.S. VOTE FOUNDATION. What are Midterm General Elections? [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.usvotefoundation.org/what-are-midterm-elections. Acesso em: 31 out. 2026.

NBC NEWS. 2026 Elections: Midterms. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.nbcnews.com/politics/2026-elections/midterms. Acesso em: 31 out. 2026.

270toWIN. 2026 House Election Interactive Map. [S. l.], 2026. Disponível em: https://www.270towin.com/2026-house-election/. Acesso em: 31 out. 2026.

STEPANSKY, Joseph. Why do the US midterms matter for Trump and Congress? Al Jazeera, 20 out. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/10/20/why-do-the-us-midterms-matter-for-trump-and-congress. Acesso em: 31 out. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Rádio Senado. Fundo Eleitoral: de onde vem o dinheiro das campanhas. Brasília, DF, 24 ago. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/08/24/fundo-eleitoral-de-onde-vem-o-dinheiro-das-campanhas. Acesso em: 31 out. 2026.